
**15ª. Reunião preparatória do Comitê de Acompanhamento do
TAC do caso Hydro – Extraordinária**

Aos dezessete dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e um, às 14h30, de forma virtual, por meio da plataforma Zoom, realizou-se, em caráter extraordinário, a 15ª Reunião Preparatória do Comitê de Acompanhamento do TAC da Hydro. Participaram da reunião os seguintes membros do Comitê: Maria Olívia Pessoni Junqueira (Procuradora da República do Ministério Público Federal), membro suplente; Renato Belini de Oliveira Costa (Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará), membro suplente; Marcelo Moreno (Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do estado do Pará), membro suplente; José Edson Maciel (Alunorte Alumina do Norte do Brasil S/A), membro titular; Eduardo Romano Bustamante (Norsk Hydro Brasil), membro titular; Gilvandro Ferreira Santa Brígida (Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas de Barcarena), membro titular; Mário Santos (Representante da Sociedade Civil – Região de Interesse 1 – Comunidades Quilombolas e Tradicionais), membro titular; Vera Nascimento (Representante da Sociedade Civil – Região de Interesse 1 – Comunidades Quilombolas e Tradicionais), membro suplente; Jackeline Sales (Representante da Sociedade Civil – Região de Interesse 2), membro titular; Leandro Azevedo (Representante da Sociedade Civil – Região de Interesse 3), membro titular; Gracilene Barreto (Representante da Sociedade Civil – Região de Interesse 3), membro suplente. Também estiveram presentes na condição de convidados: Procurador Ricardo Negrini, membro da força tarefa do caso Hydro (MPF); Luana Carvalhosa (Hydro); Rosa Mendes, coordenadora de Projetos Industriais (Semas); Larissa Chermont (Membro do Comitê Técnico) e os seguintes representantes da empresa Águas de São Francisco, Diego Dal Magro, Fernando Teles, Renê Chaveiro e Lucas Pereira, convidados do Comitê de Acompanhamento. A Agência Reguladora de Barcarena foi convidada para a reunião, mas informou que não estaria presente, caso houver mais questões direcionadas à instituição, elas devem ser encaminhadas via e-mail. Além destes participantes, representando a Secretaria Executiva do Comitê estavam as seguintes pessoas: Edane França Acioli, Lanna Beatriz Lima Peixoto, Daltro Paiva e Paulo Pantoja (IEB). Os membros presentes receberam a formalização do convite via E-mail expedido pela Secretaria Executiva do Comitê, em 11 de março de 2021, onde também constava a data e a pauta desta reunião, aprovadas durante a reunião do dia 24 de fevereiro de 2021. Antes do início da pauta, Edane Acioli fez uma breve explicação com instruções iniciais acerca da dinâmica de reuniões em espaços virtuais e a utilização da plataforma Zoom. Dando início aos trabalhos, é declarada a Abertura da 15ª Reunião do Comitê de Acompanhamento do TAC. Adentra-se no primeiro e único ponto de pauta: **Item 2.1.4 do TAC (Investimento de até R\$ 5 milhões na criação e implantação de sistemas alternativos de tratamento e distribuição coletiva de água potável ou outra solução técnica viável)**. Ricardo Negrini dá início à exposição sobre o tema com um breve apanhado sobre a questão. O

procurador parte do texto do item 2.1.4 que consta no TAC e recupera o histórico de discussão da questão entre os signatários desde sua formulação. Ele destaca que o texto deixa em aberto que o investimento pode ser feito em outras soluções técnicas viáveis para a questão do abastecimento, considerando que, análises deveriam ser feitas para indicar qual a melhor solução para aprovação dos compromitentes. Neste sentido, o objetivo do item seria assegurar o acesso à água de qualidade, de acordo com os parâmetros recomendados pela Organização Mundial de Saúde, às comunidades que hoje não têm esse direito garantido. De acordo com o valor de R\$ 5 milhões, chegou-se à conclusão de que nem todas as famílias nesta situação poderiam ser atendidas, já que a questão do abastecimento de água e do saneamento básico em Barcarena envolve múltiplas variáveis. Negrini explica que Barcarena conta com uma concessionária responsável pelo serviço, a empresa Águas de São Francisco, com contrato para 30 anos, que prevê a expansão do sistema de água e esgoto para as famílias não assistidas ainda pelo serviço. Por isso, esta cláusula do TAC passou a ser pensada como uma forma de acelerar este processo de expansão para algumas comunidades. Ricardo Negrini lembra que, as soluções alternativas pensadas durante a elaboração do TAC, que constam na cláusula do TAC, como, por exemplo, as miniestações e os poços de captação de água subterrânea, que costumam ser utilizadas para localidades muito remotas, distantes de uma estrutura pública de tratamento de água, tiveram que ser, posteriormente, reavaliadas. Tendo, ainda, como preocupação a necessidade de garantir o acesso à água dentro dos padrões de potabilidade, sendo necessária uma análise de exames sobre a qualidade da água disponibilizada pela empresa Águas de São Francisco. Os signatários passaram a dialogar sobre a qualidade da água em Barcarena e tiveram acesso a diversos laudos com conclusões divergentes. Foram realizadas diversas reuniões sobre o tema e consultados diferentes profissionais, o que se prolongou por todo o ano de 2019, mas, não se chegou a um resultado concreto. Ricardo Negrini explica que, levando em consideração que essa questão já era tratada por uma ação civil pública ajuizada pelo Procurador Bruno Valente em 2014 e pelo Ministério Público Estadual, esta cláusula do TAC deveria se concentrar na garantia do acesso à água encanada, a partir da rede já existente no município, por uma parte da população que hoje não dispõe do serviço. Ele explica também que a legislação indica que, se em determinado município já existe rede de abastecimento de água funcionando, deve-se estender essa rede para todos os cidadãos. Este é um dever e, ao mesmo tempo, um compromisso que a Prefeitura de Barcarena tem, de fazer a água chegar em todo o território do município. O procurador afirma que, a partir dessa discussão, houve a apresentação de um projeto pela empresa Hydro juntamente com a empresa Águas de São Francisco, de expansão da rede de distribuição de água. As hipóteses levantadas na ocasião da escrita do TAC e que se apresentam em seu texto, nunca chegaram a se transformar em projetos. O Ministério Público Federal, não somente na figura de Ricardo Negrini, como também de outros procuradores, e o Ministério Público Estadual se manifestaram a favor da ideia da proposta de expansão da rede já existente no município. Neste projeto, a empresa Águas de São Francisco apresenta uma proposta de área onde os R\$ 5 milhões poderiam ser investidos, onde teria condições de fazer essa expansão mais rapidamente, de modo mais eficaz, de modo que esse valor pudesse alcançar um maior contingente populacional. De acordo com Negrini, as partes signatárias analisaram e aprovaram a área proposta, tendo em vista também

que a área havia relação direta com os eventos ocorridos em fevereiro de 2018, tendo relação com a região inicialmente identificada pelo Instituto Evandro Chagas como atingida. Além disso, são regiões que, em grande parte, recebem água potável distribuída pela Hydro desde 2018. Sobre a questão do estudo de equilíbrio econômico-financeiro, Ricardo Negrini explica que isto diz respeito a um conceito jurídico do âmbito do direito administrativo, que consta como cláusula de contratos de concessão firmados entre entes públicos e empresas privadas, que indica a proporção entre o que será gasto pela empresa para a execução do serviço e o lucro a ser gerado. No caso do investimento dos R\$ 5 milhões oriundos do TAC, seria um aporte não previsto no momento da assinatura do contrato, assim, é necessário que haja uma análise de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato para que a empresa não seja favorecida com o recurso, e sim as comunidades. Negrini explica que, no Comitê Técnico do TAC, verificou-se a necessidade de entender como se daria esse reequilíbrio, porém, a questão tem se revelado mais difícil e complexa do que o esperado. Ele aponta que a hipótese mais viável tem se mostrado a inclusão no termo de cooperação de uma assertiva clara sobre a finalidade do aporte, sobre a necessidade de realização de análise do reequilíbrio econômico-financeiro pela Agência Reguladora, apontando qual o percentual de isenções, descontos, entre outros benefícios, poderiam ser realizados, em favor dos usuários consumidores do serviço de abastecimento de água. Este termo será assinado pela empresa Águas de São Francisco e pela Prefeitura de Barcarena. Negrini explica, ainda, que o estudo não foi desenvolvido pela Agência Reguladora, pois, segundo a Agência, o estudo só poderia ser realizado depois do investimento de fato consolidado e com a contratação de uma equipe técnica especialista neste tipo de análise. Depois que o estudo for desenvolvido, o Comitê Técnico irá analisar o material apresentado. Larissa Chermont, pesquisadora responsável por acompanhar dentro do Comitê Técnico do TAC os estudos de reequilíbrio econômico-financeiro, inicia sua apresentação se reportando à cláusula 2.1.4 do TAC e à noção de investimento pensada para a sua efetivação. Larissa Chermont explica que a noção de investimento é diferente da noção de gasto e remete à ideia de ampliar a capacidade de algo que já existente. A premissa básica desta cláusula está no investimento do recurso visando atender às comunidades com água tratada. Para a análise da viabilidade do projeto apresentado por Hydro e Águas de São Francisco, Larissa Chermont se debruçou sobre o arcabouço jurídico-institucional, ou seja, o contrato de concessão dos serviços à empresa Águas de São Francisco. A princípio foi pensado na realização de um diagnóstico de precificação do serviço atual para projeção da demanda para o município como um todo e verificação de uma possível tarifa que incorporasse o investimento do TAC, beneficiando as comunidades. Isto foi pensado por conta da integração característica do sistema como um todo, tanto em termos de engenharia, quanto em termos de cobrança. Por isso, não seria possível atender somente um bairro específico, assim, como a concessão da tarifa social, dos benefícios e dos descontos teria que ser equitativa para a população do município. A análise apontou para a necessidade de realização de uma projeção de faturamento das despesas da empresa a ser realizada por uma equipe interdisciplinar, o que será feito após a concessão do aporte. Larissa Chermont explica que, por isso é importante que estas questões sejam bem demarcadas na assinatura do termo de cooperação. Posteriormente foram apresentadas questões dos membros da sociedade civil, organizadas a partir de uma capacitação realizada em 15 de março sobre

o tema. As seguintes questões e solicitações são dirigidas às partes signatárias.

Solicitações: 1. Para entender melhor essa “aceleração” da expansão dos serviços de água, solicita-se o envio pela Prefeitura de Barcarena do cronograma detalhado de expansão da rede de abastecimento, especificando quando se dará a ampliação para cada bairro. 2. O envio de um mapa com detalhamento da informação e com nitidez para leitura dos limites dos bairros e das ruas que estão no projeto em discussão. Caso não exista ainda um mapa com essa nitidez, solicitam o recebimento de uma lista com as informações de bairro/comunidades/ruas a serem contempladas do projeto em discussão. 3. Compartilhamento do projeto em discussão com o Comitê de Acompanhamento, com um mapa detalhado da área onde será implementado. 4. Sugere-se que seja elaborado um documento explicativo pelos signatários, justificando a escolha dessa área do projeto e que seja apresentado junto com um mapa detalhado da área e com o resultado da análise de equilíbrio econômico-financeiro. 5. Quando as discussões sobre o projeto estiverem avançadas, que essas informações sejam apresentadas em reunião pública, com transmissão virtual às comunidades para conhecimento amplo.

Perguntas: 1. Como o estudo do equilíbrio econômico-financeiro se apresenta inconclusivo, ainda se prosseguirá com o projeto, mesmo sem garantias de uma contrapartida ao investimento (isenção ou ligação gratuita para a população da área do projeto)? 2. Haverá algum tipo de retorno financeiro para aquelas pessoas que estão dentro da área de abrangência do projeto, mas que já têm o serviço de abastecimento de água instalado? 3. Caso o projeto em análise avance e seja aprovado para implementação, há previsão de realização de consulta pública livre e informada nos territórios quilombolas, como a comunidade Burajuba? Dentre as perguntas que foram apresentadas à ARSEP, algumas foram respondidas durante a 14ª reunião do CA e outras, por meio de ofício, no entanto, algumas ainda se mantêm sem respostas, como as seguintes.

Perguntas: 1. Qual o capital global de investimentos previstos pela concessionária Águas de São Francisco em seu Contrato, especificamente para cada sistema, tanto o de abastecimento de água quanto para o sistema de esgotamento sanitário no município? 2. No Ofício nº 038/2021 GAB-ARSEP, a ARSEP respondeu sobre o valor investido nos anos 1 ao 6 nos serviços da rede de água e de esgoto. Mas, ainda há pendência de resposta sobre a relação entre ano, valor, km de rede instalada e área (comunidade) coberta com o serviço.

Solicitações: 1. O envio do último relatório das análises das águas onde atua a empresa Água de São Francisco, contendo a metodologia, pontos e periodicidade das análises, assim como os comentários dos resultados com base nas resoluções do CONAMA e portaria do Ministério da Saúde, incluindo as características físicas, químicas, microbiológicas e presença de metais pesados. Durante a 14ª reunião do CA, a ARSEP informou que a concessionária apresenta relatórios trimestrais, semestrais e anuais à agência, contendo estas informações e que poderia encaminhar posteriormente as informações ao CA. Assim, aguarda-se o envio dos referidos documentos para acompanhamento. 2. Considerando que o investimento de R\$ 5 milhões representa quase 65% de todo o investimento no sistema de água que a empresa Águas de São Francisco realizou nos últimos 3 anos em Barcarena, que totalizaram 7,8 milhões, os membros da sociedade civil consideram que a solicitação de informações detalhadas sobre os investimentos e o funcionamento do serviço em Barcarena, apesar de parecerem transversais ao item 2.1.4 do TAC, são fundamentais para um entendimento global sobre o projeto em discussão, que representa

um aporte importante para os serviços de água no município. Acerca do mapa detalhado da área em que se dará a expansão do serviço, Diego Dal Magro afirma que este documento já foi apresentado junto ao projeto e que é possível enviá-lo ao restante dos membros do Comitê de Acompanhamento do TAC. Maria Olívia Pessoni solicita que os representantes da Hydro enviem o projeto e o mapa detalhado à secretaria executiva, que compartilhará com os demais membros. **Diego Dal Magro propõe um encontro presencial para apresentação do projeto aos membros.** Gilvandro Santa Brígida questiona qual o investimento já previsto para as áreas onde ocorrerá a expansão no atual contrato da empresa Águas de São Francisco, e se já houve investimento ou se o primeiro investimento na área será os R\$ 5 milhões em função do TAC de 2018. Diego Dal Magro explica que o valor orçado para investimento na área a que se refere o projeto é exatamente de R\$ 5 milhões e o investimento estava previsto para ser realizado entre 2025 e 2027. Jackeline Sales ressalta a necessidade de transparência na discussão do projeto, e de estendê-la às comunidades de Barcarena, com a apresentação do projeto de forma ampla, da justificativa de sua escolha em detrimento de outras soluções possíveis e das justificativas de escolha da área a ser beneficiada. **Jackeline Sales sugere que esta exposição seja feita em uma reunião virtual, aberta ao público, como sugerido na 14ª reunião do Comitê de Acompanhamento.** Jackeline Sales se manifesta contrária que o estudo que demonstrará quais as contrapartidas para o investimento a serem dadas pela empresa será realizado somente após o aporte consolidado. Eduardo Bustamante ressalta a importância desta reunião, principalmente por ter possibilitado uma maior visibilidade acerca dos papéis e responsabilidades dos atores deste processo. **Eduardo Bustamante sugere que as questões apresentadas sejam compartilhadas via e-mail com todos os membros e com a Águas de São Francisco e ARSEP, para que as partes possam formalizar o envio das respostas, garantindo que nenhuma questão fique sem esclarecimento.** Mário Santos fala sobre a Convenção 169 da OIT, que preconiza a consulta a comunidades quilombolas por qualquer empreendimento, obra ou política pública que tenha incidência sobre seu território ou modo de vida. **Ele enfatiza a necessidade de consulta às comunidades quilombolas do município de Barcarena sobre o projeto de expansão da rede de abastecimento.** Larissa Chermont retoma questões suscitadas por seu estudo e conclui defendendo que o retorno da concessionária e da Prefeitura ao investimento dos R\$ 5 milhões retorne às populações a partir do ganho social, abrindo caminho para uma agenda socioeconômica e ambiental com a população do município. Leandro Azevedo levanta questões acerca da qualidade da água fornecida pela concessionária e informa que, alguns vereadores do município recentemente abriram procedimentos pedindo cancelamento do contrato com a empresa por conta de reclamações da população com relação à qualidade da água. **Ele questiona o que ocorrerá com relação ao investimento caso futuramente o contrato de concessão venha a ser cancelado.** Luana Carvalhosa solicita que seja registrado em ata que não é verídica a informação de que foram analisadas cem propostas alternativas para o investimento dos R\$ 5 milhões. Informa que foram estudadas alternativas como coleta de água de chuva, por exemplo, o que não se demonstrou viável para a situação de Barcarena, uma vez que já existe uma rede de abastecimento de água. Acrescenta que foram realizadas escutas com as comunidades através de diálogos, a fim de compreender a situação atual do acesso à

água tratada e possíveis encaminhamentos. Luana diz que a informação de cem propostas alternativas não procede, e que pode ter sido algum tipo de ruído na comunicação ou interpretação equivocada. Edane Acioli confirma que a informação será registrada em ata. Jackeline Sales solicita que seja revisto o áudio da 4ª reunião do Comitê de Acompanhamento para se verificar a informação. Renato Belini entende que foram apresentadas três opções de compensação do aporte de R\$ 5 milhões, a primeira seria a ampliação da tarifa social, a segunda opção seria o adiantamento de investimento da concessionária na rede de distribuição e, assim, seria o bairro Novo Horizonte o contemplado, e a terceira opção seria aquela redução da tarifa para toda a população no valor de 0,99%. **Assim, Renato Belline questiona se já foi decidido qual é a opção que vai ser escolhida para poder executar esse aporte de R\$ 5 milhões e quem tomou essa decisão.** Diego Dal Magro explica que o bairro Novo Horizonte foi dado como exemplo, como um referencial da quantidade de residências que podem ser atendidas com esse benefício, mas, que pode ser direcionado para qualquer local dentro do escopo de contrato da concessionária, inclusive no próprio setor discutido para a implantação dos R\$ 5 milhões. Sobre a questão da tarifa social, Diego explica que ela precisa ser expandida para todo o município, conforme explicou Larissa Chermont. Fica acordado que a secretaria executiva irá interagir com a equipe da empresa Águas de São Francisco para marcar uma reunião com os membros do CA interessados para apresentação do projeto de investimento na expansão da água. Como definido na 14ª reunião do Comitê de Acompanhamento, a próxima reunião será ainda no formato virtual, no **dia 30 de março de 2021, às 14:30h, e a pauta será o Regimento Interno.** Finalizando a reunião, Edane Acioli agradece a participação de todos e todas. Após as manifestações dos presentes, foi dada por encerrada a reunião às 18:00h, o IEB, na condição de Secretaria Executiva, lavrou a presente ata.